



1650: Timótheo Pimentel e a Guerra de Restauração: intervenção, comunicação e comunidade política em Portugal

Rodrigo Franco Costa¹

RESUMO

Busca-se analisar neste artigo a intervenção política do frei Timótheo Pimentel no período da Guerra de Restauração, em especial, com sua obra *Exhortação militar ou lança de Aquiles aos soldados portugueses pela defesa de seu Rei, reino e pátria em o presente apresto de guerra*, datada de 1650. Deseja-se refletir, através de seu escrito, o seu papel como religioso partidário do governo de Portugal Restaurado e a relação que buscava ter com as populações portuguesas em meio ao conflito do reino lusitano com a Monarquia Católica. O desenvolvimento desta análise terá como base variadas contribuições da historiografia sobre a capacidade de comunicação e engajamento político no Período Moderno dos diversos setores sociais, ocasionada pela leitura e compreensão de textos dos mais diversos tipos. Salienta-se os trabalhos de Rita Marquilhas, António Castillo Gómez, Massimo Rospocher, Filippo de Vivo e Jason Peacey para a caracterização de um ambiente urbano, politizado e comunicativo das sociedades europeias nos séculos XVI e XVII.

Palavras-chave: Timótheo Pimentel; Restauração de Portugal; intervenção política.

1650: Timótheo Pimentel and the Restoration War - intervention, communication and political community in Portugal

ABSTRACT

This article seeks to analyze the political intervention of Friar Timótheo Pimentel in the period of the Restoration War, especially with his work *Exhortação militar ou lança de Aquiles aos soldados portugueses pela defesa de seu Rei, reino e pátria em o presente apresto de guerra*, dated from 1650. It is desired to reflect, through his writing, his role as a religious partisan of the government of Restored Portugal and the relationship he sought to have with the Portuguese populations amid the conflict of the lusitanian kingdom with the Catholic Monarchy. The development of this analysis will be based on various contributions of historiography on the capacity of communication and political engagement in the Modern Period of the various social sectors, caused by the reading and understanding of texts of the most diverse types. Noteworthy are the works of Rita Marquilhas, António Castillo Gómez, Massimo Rospocher, Filippo de Vivo and Jason Peacey for the characterization of a urban

¹ Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) no ano de 2019. Mestre em História Comparada pelo programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) no ano de 2015. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5209933852372961>. Endereço eletrônico: rodrigo.franco1991@gmail.com.



environment, politicized and communicative of European societies in the sixteenth and seventeenth centuries.

Keywords: Timótheo Pimentel; Restoration of Portugal; political intervention.

1 INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DA ARENA POLÍTICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVII

Quando se fala sobre a Restauração de Portugal em 1640 compreende-se o processo em que o reino lusitano recupera a sua autonomia política com a morte de Miguel de Vasconcelos, secretário de Estado de d. Filipe IV, e com aclamação do duque de Bragança como o rei d. João IV de Portugal, seguido de uma guerra com a Monarquia Católica até 1668, quando tem sua independência, enfim, reconhecida.

Em Portugal quando se fala de Restauração pretende-se em geral, referir o lapso de tempo posterior a 1640, que marca o fim da ‘união dinástica’ de Portugal e Espanha. A Restauração é, pois, fundamentalmente um período caracterizado pela afirmação e consolidação da independência, o que levou bastantes anos, pois só em 1668 ela foi reconhecida pela Espanha e apenas em 1669 se pode dizer que a Santa Sé – apesar de tudo, ainda era árbitro da Europa católica - reconheceu o rei português como soberano de direito (TORGAL, 1981, p, 55.)

É impossível se ter uma compreensão razoável desse processo político sem a devida atenção aos diversos setores da sociedade portuguesa que participaram do movimento. Como é possível de se notar em variados trabalhos sobre a Restauração², não foram apenas os “quarenta fidalgos” que tornaram possível a ruptura política dos portugueses com a Monarquia Católica. O debate de ideias e de projetos para o reino foi numeroso e contou com a participação de vários agentes, entre eles, muitos do “Estado dos eclesiásticos” de maior ou menor posição em sua hierarquia. João Francisco Marques em seus dois volumes de *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640 – 1668*³ expôs muito bem como variados aspectos do pensamento religioso, ligados à História de Portugal, possibilitaram um arsenal argumentativo de justificação da Restauração pelos portugueses. Porém, ações de intervenção

² Cf. CURTO, Diogo Ramada. **Cultura política no tempo dos Filipes**. Lisboa: Edições 70, 2011; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. O Astrônomo e a Restauração. Manuel Gomes Galhano Lourosa e sua intervenção na política de Portugal Restaurado. In: **Proceedings of International Conference History of Astronomy in Portugal**. Institutions, theories, practices. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Astronomia, 2009. v. 1. e HENRIQUES, Mendo Castro; MACEDO, Jorge Braga de; MALTEZ, José Adelino. **Bem Comum dos Portugueses**. Lisboa: Vega, 1999.

³ Cf. MARQUES, João Francisco. **A parenética portuguesa e a Restauração 1640 – 1668**. Porto: Universidade do Porto, 1989.



política mais localizadas, que mostram as conexões do clero português com o restante da sociedade lusitana, veem sendo debatidas mais recentemente. Cabe ressaltar a importância da condição de lusitanidade, ou seja, da identidade portuguesa desenvolvida pelos homens do século XVII nesse processo de interação social desempenhado por membros da Igreja. É importante salientar também que o debate sobre as identidades no século XVII apresenta um ponto de retomada na historiografia⁴.

Como ponto de partida deste trabalho, compreende-se que as populações de Portugal participavam da vida política do reino. Debatiam ideias e estavam atentas às mudanças ocorridas nas esferas de poder. Elas eram capazes de decifrar avisos das autoridades nas ruas e praças das cidades, assim como também poderiam produzir textos de intervenção política. Se nem todos conseguiam ler e escrever, a leitura coletiva em pontos estratégicos dos principais centros urbanos possibilitava a adesão a determinado ponto a ser defendido, ou pelo menos, a propagação das notícias sobre algum assunto entendido como importante para a vida da comunidade política. Essa chave de compreensão se centra no trabalho de variados historiadores que buscam romper com a ideia de que as populações europeias do Período Moderno eram analfabetas e excluídas da vida política.

No caso de Portugal, observa-se o trabalho de Rita Marquilhas, *Faculdade das letras – leitura e escrita em Portugal no século XVII*, analisando o grau de alfabetização em Portugal nos Seiscentos. Jason Peacey em *Print and public politics in English Revolution* contribui com uma importante análise sobre a forma como as populações da Inglaterra se politizavam ao longo do processo da Revolução Inglesa, salientando a função da imprensa e da leitura, que promoviam intensa circulação de ideias e debates políticos. Filippo de Vivo com a obra *Information and Communication in Venice: Rethinking Early Modern Politics* expõe como ocorriam os debates políticos nas principais praças e centros urbanos das cidades italianas, expondo que variados setores sociais se engajavam em causas e debatiam questões políticas. Massimo Rospocher e Rosa Salzberg (2012, p. 96) afirmam a existência de uma “efervescente esfera pública” nas cidades italianas no período do Renascimento. Assim, os séculos XVI e XVII são marcados por uma intensa circulação de ideias e de intensões: cartazes eram pregados nas paredes, poemas eram lidos em voz alta, tratados de intervenção política existiam juntamente com as polêmicas que eles poderiam produzir. António Castillo Gomez (1997).

⁴ Cf. CARDIM, Pedro; IÑURRITEGUI, José Maria; MARCOS, David Martins. (org). **Repensar a identidade nas margens da crise de consciência europeia**. LISBOA: CHAM, 2015.



chega a afirmar que as cidades eram palcos de fortes debates políticos, não apenas por parte dos dirigentes, mas de toda uma rede de comunicação que intervinha se opondo às práticas dos governantes, através de panfletos, cartazes, leituras públicas e variadas formas de comunicação.

É nesse contexto que se torna mais evidente em Portugal no período da Restauração a figura do repúblico, alguém pronto a intervir, inclusive pela produção escrita, nas questões políticas daquele tempo, preocupado com o “bem comum” dos portugueses e com os rumos do reino.

Um importante termo de época vem a calhar neste momento: ‘repúblico’. Nas primeiras décadas do século XVII, a palavra designava aqueles que intervinham na política com escritos e ações públicas, guiados pelo ‘bem comum’, sem fazê-lo por dever de ofício - como os religiosos o faziam – e sem agir necessariamente em benefício privado. O conceito que está associado à palavra remete a um tipo específico de intervenção política e pressupõe um público leitor, atento, interessado e capaz de atuar (CAMENIETZKI, 2014, p. 149).

No período em que Portugal se manteve submetido ao domínio do governo castelhano, iniciado em 1580 com a morte de d. Sebastião em Alcácer-Quibir e a sucessiva invasão de Filipe II ao reino lusitano até o episódio da Restauração de 1640, as tensões nunca sumiram. A violência marcante do exército filipino sobre importantes cidades portuguesas ocasionou conflitos que teriam consequências décadas após o ocorrido e se somariam a outras numerosas insatisfações dos portugueses (VALLADARES, 2010, p. 87). Essas tensões fizeram florescer variados tratados, panfletos e escritos de todo tipo antes e depois da Restauração. Em meados do século XX, Hernani Cidade (1950) produziu um importante mapeamento das obras de oposição política em Portugal existentes no período filipino.

Antes do Primeiro de Dezembro diversos religiosos já apresentavam descontentamento em relação à situação política lusitana. Pode-se observar que com os problemas vivenciados em Portugal após 1619, a começar pela presença de Filipe III no reino⁵ e o sucessivo processo de centralização política e administrativa encabeçada pelo conde-duque Olivares⁶, as opiniões já começam a intensificar suas agitações. As duas décadas que antecederam à Restauração foram marcadas por diversas sublevações populares e antifiscais⁷

⁵ Cf. CARDIM, Pedro. **Portugal y la Monarquía Hispanica**. Madrid: Marcial Pons História, 2017.

⁶ Cf. ELLIOTT, John. **La España Imperial**. Madrid: Vicens-Vives, 1965.

⁷ OLIVEIRA, António de. **Levantamentos populares do Algarve em 1637 – 1638**. A repressão. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984.



e por uma forte produção escrita de crítica ao modo como a Monarquia Católica governava o reino de Portugal. O setor clerical interveio em peso nesse período.

Em 1624, Manuel Severim de Faria, Cônego e Chantre de Évora, apresenta seus *Discursos Vários Políticos*. Na sua obra, o religioso defende um maior protagonismo de Portugal nas relações com o restante dos domínios sob comando dos Habsburgo. A base da argumentação de Severim de Faria se centra na ideia de que impérios poderosos da História eram fortes porque tinham portos bem fortificados e estes eram os centros políticos de seus governos. Assim, ele trabalha para convencer as opiniões de que Lisboa seria uma capital melhor do que Madrid para todas as regiões sob o comando do rei castelhano⁸. O autor ainda afirma que a ausência do rei em Portugal acarretaria em uma crise para as conquistas ultramarinas do reino. Para provar seu argumento, Severim de Faria expõe os sucessivos ataques ao Brasil, à Guiné, às ilhas de Cabo Verde e mais regiões de domínio lusitano.

Em Europa bem vemos a vantagem que nas forças do mar fazem Inglaterra, Holanda, Veneza, Gênova e o Turco a todos os outros príncipes que tem suas cortes no Sertão. E deixando outros exemplos, nenhum nos pode mostrar isso mais claro que Portugal no qual enquanto os Reis residiram em Lisboa, sabemos que além das grandes frotas, que mandavam para as suas conquistas, todos os anos saiam deste reino três armadas, uma que andava em guarda da costa dele, outra nas ilhas, e a terceira no estreito com as quais conservavam seus Estados de maneira que nunca em seu tempo chegou inimigo algum a roubar lugar da costa de Portugal. [...] Porém, depois que a sua Majestade se ausentou começou logo a ausência a fazer seus efeitos de modo em que poucos anos cessaram de todo as armadas, e achando os inimigos o mar desamparado delas roubaram as frotas do Brasil, e da Guiné e muitas naus da Índia, e saquearam toda costa do Brasil, ilhas de Cabo Verde e Açores, e nos tomaram as Molucas e finalmente entraram no mesmo reino, onde destruíram Faro e toda a costa de Algarve (FARIA, 1624, p, 26 - 27.)

Poucos anos após da intervenção de Manuel Severim de Faria, Lourenço de Mendonça, jesuíta de ampla experiência no Ultramar, publica a sua *Suplicación a su Magestad Católica del Rey nuestro señor que Dios guarde. Ante sus Reales consejos de Portugal y de las Indias, en defensa de los Portugueses*, datada de 1630. Nesse período, Lourenço de Mendonça era comissário do Santo Ofício em Potosí (CARDIM, 2017, p, 237). Seu objetivo era expor ao governo da Monarquia Católica como os portugueses eram tratados na América Espanhola, expondo que os lusitanos eram obrigados a pagar impostos que os naturais de outros lugares da Península Ibérica não eram, como a *Composición*. “Hallemos tan grandes muestras de desamor, como ser oprimidos y vexados con nombre y composición y expulsión

⁸ Cf. FARIA, Manuel Severim de. **Discursos Vários Políticos**. Évora: Manuel Carvalho, 1624. p, 2v.



de estrangeiros sospechosos y danosos” (MEDONÇA, 1630, f, 8v.). É interessante ressaltar que no desenvolvimento de seu argumento, Lourenço de Mendonça afirma que tanto os portugueses como os castelhanos seriam igualmente espanhóis, não havendo motivos para tal distinção de tratamentos nas terras da América Espanhola (CARDIM, 2017, p. 237).

Em 1632, o frei António Brandão, tempo em que as tensões entre Portugal e Castela estavam ainda mais acirradas, escreve a terceira parte da *Monarchia Lvsitana*⁹. Na obra, o frei deseja reforçar os direitos tradicionais da comunidade política portuguesa, recuperando o estabelecido nas Cortes de Lamego, episódio da História de Portugal, inventado no século XVII para firmar argumentos de oposição às políticas centralizadoras de Madrid encabeçadas pelo valido de Filipe IV, o conde-duque Olivares¹⁰.

Os três exemplos expostos nos apontam uma grande participação do “Estado eclesiástico” português em questões políticas de primeira importância para o reino desde antes da Restauração. Apesar de demandas e intensões distintas, os três casos mostram diversas tensões presentes na relação entre o governo de Madrid e os portugueses. Com a defenestração de Miguel de Vasconcelos e a aclamação de d. João IV, a intervenção política dos religiosos só se mostra mais vigorosa. Como já é sabido, a Restauração de Portugal é afirmada e defendida por um conjunto volumoso de obras no período, tendo o objetivo de dobrar as opiniões daqueles que se opunham ao movimento.¹¹ A partir de então, pode ser visto que muitos membros portugueses da Igreja Católica de variada hierarquia aparecem como atuantes políticos de duas formas: com largo espaço dentro das narrativas de apoio à Restauração, assim como também produzem a própria publicística em defesa de Portugal Restaurado.

Duas figuras ganham bastante relevância com o Primeiro de Dezembro, são elas o padre Nicolau da Maia e o arcebispo de Lisboa d. Rodrigo da Cunha. O primeiro é apontado como responsável por convencer as populações de Lisboa a aderirem à Restauração de Portugal e por ter certa proximidade com os mestres e a Casa dos Vinte e Quatro. O arcebispo é visto como protagonista da procissão em que se celebra o episódio.

O conde de Ericeira, Luís de Menezes, apontou desde o final do século XVII a intensa participação dessas duas figuras no processo de Restauração. O autor de *História de*

⁹ Cf. BRANDÃO, António. *Monarchia Lvsitana*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1632. fl, 144.

¹⁰ Cf. ELLIOTT, John. *La España Imperial*. Madrid: Vicens-Vives, 1965. p, 359.

¹¹ Cf. CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600 – 1650)*. Lisboa: Centro de Estudos de História e cultura portuguesa, 1988. p, 93 – 94.



Portugal Restaurado marca a atuação do padre Nicolau da Maia no convencimento de diversos setores da gente comum de Lisboa, comunicando sobre o evento e “reduzindo” os representantes das populações urbanas.

Ajustaram naquela noite que era domingo vinte e seis de novembro que se executasse o que estava assentado ao sábado seguinte de primeiro de dezembro, e comunicou-se a todos por intervenção do padre Nicolau da Maia estava reduzido o juiz do povo, escrivão e misteres e alguns da casa dos Vinte e Quatro (MENEZES, 1751, p. 102).

A participação do arcebispo de Lisboa também é de fundamental importância no desenrolar da Restauração. Ao sair em uma procissão, o religioso presencia o “milagre” do despregar do braço de Cristo. Esse episódio se popularizou como o apoio e a aprovação de Deus ao movimento.

Ajudou muito nesta resolução o arcebispo de Lisboa d. Rodrigo da Cunha, porque tanto que teve notícia de que estava felicemente executando tudo o que estava antecipadamente se havia disposto; saiu da Sé e no terreiro que lhe fica diante achou d. Pedro de Menezes conde de Catanhede presidente da câmara com todo o senado, porque havendo cerrado as portas do tribunal, onde estava, o persuadiram seus filhos a que as abrisse, não lhe havendo comunicado antes a grande ação que empreendiam; cedeu sem dificuldade a tão generosa instância, mandou abrir as portas, entraram dentro, pegou d. Álvaro de Abranches na bandeira da cidade, seguiram-no todos, vieram buscar o arcebispo, e quando baixava de frente da Igreja de Santo Antônio, pouco distante da Sé, gritou o povo que uma imagem de prata de cristo crucificado que levava o capelão a quem tocava diante do arcebispo, despregara o braço direito (*Idem*, p. 111).

Outro relato do acontecimento que reforça a participação do arcebispo de Lisboa é uma das muitas obras de João Pinto Ribeiro, agente do duque de Bragança e figura de primeira importância política após a Restauração. Nos anos consecutivos a 1640 o letrado se destaca na sua atuação como repúblico¹², sendo então publicadas diversas intervenções políticas de sua pessoa, entre elas, a *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal* em 1642. Na obra, a participação do arcebispo de Lisboa é igualmente salientada. É observado por João Pinto Ribeiro que até que d. João IV chegue à cidade, o “ilustríssimo arcebispo de Lisboa acudiu a tomar o governo” (1730, p. 32.) Aspecto fundamental também apontado pelo letrado foi o acompanhamento de d. Rodrigo da Cunha no paço após a dita procissão “milagrosa” igualmente presente na *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal*. Conforme João Pinto Ribeiro, “entrou o arcebispo no paço, que estava ocupado de inumerável gente de toda

¹² Cf. COSTA, Rodrigo Franco da. **Ubi bene, ibi patria**: uma análise da cultura política da Restauração de Portugal através das penas de João Pinto Ribeiro e de outros repúblicos (1632 – 1646). Tese – UFRJ/IH/Programa de Pós-graduação em História social, Rio de Janeiro, 2019.



sorte” (*Idem*, p. 33). Isso demonstra não apenas a participação de d. Rodrigo Cunha no processo da Restauração, inclusive a frente da cidade, mas também a participação da população lisboeta no episódio juntamente com o arcebispo.

Na obra de 1641, *Relação de tudo que passou na Felice aclamação do mui alto e mui poderoso rei d. João o IV*, a participação de Nicolau da Maia ganha bastante visibilidade. A obra é cercada por diversas incertezas. Sua autoria é desconhecida, apesar da existência da especulação que o próprio Nicolau da Maia a escreveu. Pouco tempo após sua publicação, é censurada, pois diversos setores que apoiavam a própria Restauração ficariam descontentes com o conteúdo do opúsculo. As polêmicas envolvendo esse tratado já foram abordadas¹³, porém cabe ressaltar a atuação do padre Nicolau da Maia, possível autor da obra, na Restauração. A descrição de sua atividade política é presente no escrito em questão.

Segundo a obra, os partidários da Restauração precisaram atrair a gente comum de Lisboa ao movimento, para isso, contavam com o padre Nicolau da Maia, conforme já exposto por Luís de Menezes, o conde de Ericeira em sua *História de Portugal Restaurado*.

Enquanto a Nobreza, afligida e instimulada com os rigores de Miguel de Vasconcelos, se queixava da força que se lhe fazia, os confederados iam com novo alento continuando, e fizeram grandíssimas diligências por ver se podiam, com o segredo devido, atrair a si o Povo, pela qual razão o padre Nicolau da Maia deu parte de tudo o que estava ordenado aos juizes do Povo, aos escrivães, aos vintequatro e aos misteres, e a muitos oficiais capazes de se fazer deles a confiança que o caso pedia (ANÔNIMO, 1641, p. 7).

A animosidade em torno da Restauração é bastante grande na *Relação de tudo que se passou...* Narra-se o padre Nicolau da Maia exortando ao “povo” que o escutava a aclamar o novo rei de Portugal d. João IV.

Vieram com ele para o Senado da Câmara, ao mesmo tempo que o povo assistia ao pé das escadas da Igreja da Sé, ouvindo ao padre Nicolau da Maia, o qual, subido no último degrau, com um crucifixo na mão esquerda e ãa espada na direita, lhe dizia estas palavras: ‘– *Uniram-se os nobres deste reino, e diliberaram-se a desatar o jugo debaxo do qual há sessenta anos que todos padecemos. Tem já tirado a vida ao secretário Miguel de Vasconcelos e aclamado por rei ao duque de Bragança. Agora falta que, com a solenidade costumada, arvoremos todos a bandeira da cidade, e vamos pelas praças e pelas ruas aclamando o novo rei, em quem Nosso Senhor quer reformar a atenuada linha dos monarcas de Portugal* (Idem, p. 23-24).

¹³ Cf. SARAIVA, Daniel Magalhães Porto. O labirinto das fidelidades: o papel do teatro na campanha pública da guerra da Restauração. In: CAMÕES, José & SOUSA, José Pedro. **Teatro de autores portugueses do século XVII: Lugares (in)comuns de um teatro Restaurado**. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro, 2016.



Dessa forma, resta-nos salientar que a capacidade de atuação de variados membros da Igreja era bastante grande em Portugal no século XVII. Essa participação na política poderia ocorrer através de variadas formas: textos a serem publicados na busca de dobrar opiniões; a exortação da população para a tomada de partido em relação à Restauração, como ocorre com o padre Nicolau da Maia; a contribuição na efervescência de debates sobre a condição de Portugal ainda quando submetido à Monarquia Católica; e como guarda da autoridade da Cidade de Lisboa para a espera de d. João o IV, no caso do arcebispo d. Rodrigo da Cunha.

A importância política da Igreja Católica em Portugal foi grande nos anos que se seguiram à Restauração. Cabe ressaltar que diferentes instâncias do governo de Portugal Restaurado buscaram garantir a manutenção e o vigor dos eventos religiosos em Lisboa, objetivando a vitória dos portugueses na guerra. No *Assento da vereação de 24 de julho de 1642* é estabelecido que aqueles membros da câmara que não forem às missas e às procissões seriam multados em mil réis, enquanto que os cidadãos teriam que pagar dois tostões. (OLIVEIRA, 1888, p. 470). Quase um ano depois, o próprio rei d. João IV pede para que a câmara da cidade faça uma procissão, desejando o bom sucesso das armadas do rei, que estava na região do Alentejo em seu *Decreto de 15 de julho de 1643* (*Idem*, p, 510).

No ano de 1641, a *Gazeta do mês de dezembro*, periódico de apoio ao movimento de Portugal Restaurado, narra a procissão de comemoração do primeiro ano da Restauração. Nela, pode ser vista notável convivência e harmonia entre os portugueses de Lisboa e o rei d. João IV. É a procissão que une os portugueses para celebração da liberdade de Portugal. Esse episódio em especial já foi trabalhado por Daniel Saraiva¹⁴, mas se mostra um importante exemplo para se perceber a íntima relação entre as práticas e as ideias religiosas e o apoio à Restauração de Portugal, assim como sua afirmação política.

2 UM FREI DE LISBOA E A GUERRA DE RESTAURAÇÃO

É visível, com os exemplos acima mencionados, que tanto a Câmara de Lisboa como o rei de Portugal Restaurado apelavam ao religioso para aumentar o apoio das populações à Restauração. Pode-se observar também a manutenção da participação de figuras da Igreja nos debates políticos em Portugal no período da Guerra contra Castela. Durante todo o conflito

¹⁴ Cf. SARAIVA, Daniel Magalhães Porto. *L'arche de l'opinion: Politique et jugement public au Portugal aux Temps Modernes (1580-1668)*. Tese - Université Paris-Sorbonne, Paris, 2017.



em que se envolveu Portugal eram necessários escritos, posições e falas que mantivessem vivos os ânimos dos lusitanos, convencendo a gente comum do reino a participar das contendas e pagar maiores impostos. Timótheo Pimentel surge nesse contexto com sua *Exhortação militar ou lança de Aquiles aos soldados portugueses pela defesa de seu Rei, reino e pátria em o presente apresto de guerra*.

A obra do frei de Lisboa não foi a única do período com essa função. Muitos opúsculos surgiram com o objetivo de exaltar os espíritos em favor dos lusitanos na Guerra de Restauração. Geralmente eram obras anônimas, baratas e com menos de dez páginas para informar sobre os acontecimentos do campo de batalha. É claro, as vitórias e os casos notáveis dos lusitanos eram sempre exaltados. Outro aspecto importante era a questão numérica: os portugueses sempre em menor número, com seu “brio” e valentia, superavam as dificuldades e o sempre maior número de castelhanos convenientemente melhor equipados. Cabe ressaltar o simbólico exemplo da Batalha da Montijo, conflito de resultado incerto, em que a publicística do episódio foi tão grande que tanto portugueses quanto castelhanos decretaram a vitória sobre o conflito (CAMENIETZKI *et Alii*; 2012, p. 13-14).

Diogo Barbosa Machado em sua *Biblioteca Lusitana* nos oferece algumas informações sobre o frei lisboeta. Timótheo Pimentel nasceu no final do século XVI, tendo recebido o hábito dos carmelitas, em 1613. Após atuar no convento de Lisboa visitou diversas regiões da Europa, foi também à América, ganhando certa notabilidade pelos lugares por onde passou. Timótheo Pimentel foi preso pela acusação de querer libertar o infante d. Duarte. Ao ser liberto, retorna a Portugal, passando a pregar na Capela Real de d. João IV (MACHADO, 1747).

Sua obra, produzida em 1650, a *Exhortação Militar ou Lança de Aquiles...* consiste em uma longa pregação aos portugueses para que tomem partido pela Restauração na Guerra contra Castela. Logo no início de seu escrito, Timótheo Pimentel começa afirmando que confia a Deus a vitória sobre o governo de Castela que injustamente levantava armas contra os lusitanos. Para o autor, a confiança da vitória sobre o inimigo não estaria nem nos braços e nem nas espadas dos “fieis portugueses” a quem tanto estimava, mas na decisão divina. Conforme o frei, não importavam os fatores adversos no confronto com o exército da Monarquia Católica, Deus escolheria dar a vitória a Portugal pela população ser a verdadeira merecedora. É a partir de uma argumentação fundamentalmente religiosa que Pimentel inicia o processo de exortação aos lusitanos à guerra.



Não tenho senhor, posta minha confiança em minhas forças, nem em os braços fortes e cortadoras espadas de vossos fieis portugueses meus vassalos (...) a vosso favor, senhor, a vossa ajuda invoco. Porque a minha causa é justa e aqueles que me perseguem, e sem justiça e sem causa me fazem guerra (PIMENTEL, 1650, fl. 2).

Pimentel reforça a sua argumentação recuperando a História de Portugal, explorando a atividade dos antigos reis, que saíam de seu “conforto” para visitar as suas fortificações no mar e no campo. Conforme o autor, os governantes lusitanos eram tradicionalmente cuidadosos com a saúde e a defesa de seus vassalos portugueses. O objetivo dessa digressão é mostrar que o rei tinha como prioridade o bem-estar de seus vassalos, e não de si próprio. O texto do frei induzia os portugueses a perceberem em d. João IV, governante que ia às terras do Alentejo pelejar contra o invasor castelhano, a figura de rei modelar descrita pelo próprio Timótheo Pimentel.

O conjunto de argumentações do religioso se fundamenta, entre outras ideias, nas noções de soberania popular e de pacto de sujeição: convencionou-se no século XVII que as populações são soberanas e transferem ao rei o seu poder para que ele possa governar, servindo à comunidade que o havia aclamado através de um pacto político.¹⁵ Nesse pacto, o rei recebe o poder da comunidade para preservar o bem comum, caso o governante não cumpra a sua função, os próprios vassalos têm o direito e o dever cívico de retirá-lo do cargo. Essas ideias já eram bastante conhecidas na Península Ibérica, especialmente com as contribuições de Francisco Suarez e de Juan de Mariana, contudo, ganham notável uso político a favor da Restauração com a publicação do cristão-novo Francisco Velasco de Gouveia intitulada *Justa aclamação do sereníssimo Rei de Portugal D. João o IV* de 1644.

A origem desse poder político que as populações possuíam viria necessariamente de Deus. A máxima *Vox Populi, Vox Dei* foi a base de muitos argumentos do período, também servindo de reforço ao projeto político de Portugal Restaurado que Timótheo Pimentel apoiava. Em 1643, alguns anos antes da publicação da *Exhortação Militar...*, Antônio Carvalho de Parada em sua *Justificação dos portugueses sobre a ação de Libertarem seu Reino da obediência de Castela* já aludia em seus escritos a valorização do “povo como a voz Deus”.

Diziam uns, busca seu dono, outros que se vinham amparar das vexações com que costumavam tratar os ministros, e todos com extraordinário gosto, festejavam

¹⁵ Cf. CALAFATE, Pedro. **Da origem popular do poder ao direito de resistência**. Doutrinas políticas no século XVII em Portugal. Lisboa: Esfera do Caos, 2012.



chegarem naquela ocasião, pareciam então ditos do povo, mas o tempo mostrou que a voz do povo é a voz de Deus. Quem não fará muito dos miraculosos sucessos que se começaram ver do ponto em que foi aclamado o nosso Rei dos três Estados, Eclesiástico, Nobre, e popular, que a caso concorreram no mesmo tempo (PARADA, 1643, fl, 170).

Dessa maneira, o autor de *Exhortação Militar...* impunha àquele que tomava contato com suas palavras uma obrigação de estar presente nos campos de batalha. Conforme Pimentel afirma, é a comunidade política que mais se beneficiará da vitória sobre os castelhanos, o rei em pessoa sai à defesa dos portugueses cumprindo o dever que seu cargo lhe obriga.

Que bem parecido há sido sempre em os reis e tempos de primavera e verão sair ao mar e à campanha, visitar suas fortificações, mostrando-se sempre cuidadosos e todos empregados em a saúde e defesa de seus vassalos. [...] Que louvado há sido sempre em os príncipes soberanos o antepor às próprias comodidades, as convivências alheias de seus súditos, negando-se a si mesmo o amor, por mostra-lo aos que mandam. Laureando-se com esta arte em os ânimos dos seus piramidais memórias, se não imortais obeliscos de obrigação e agradecimento. Que não vive para si o rei, que vive para os seus (PIMENTEL, 1650, fl, 4).

João Francisco Marques já identificou o uso de personagens e episódios históricos de Portugal como argumento de reforço à Restauração. Contudo, salta aos olhos, na análise desta obra, a retomada de momentos da Crise de 1383-1385, onde existiram muitos embates entre os reinos de Portugal e de Castela. Além disso, Pimentel ressalta a figura de Nuno Álvares Pereira, Condestável de d. João I e elemento de primeira importância na Batalha de Aljubarrota, conflito que iniciou a expulsão dos castelhanos das terras portuguesas no século XIV e de comum conhecimento dos portugueses no período do frei.

Grande e primeiro mestre dos defensores da pátria, que como seu exemplo, ensinou como se havia de sustentar Portugal contra Castela; um Dom Nuno Álvares Pereira, o qual pelo zelo que ardia e defendia da pátria, e valentia de suas armas, foi com muita propriedade chamado de açoite soberbo castelhano. E Deus que é o que coroa ao que legitimamente peleja, notai como ao correr dos anos, e sucessos, veio a pôr a coroa destes reinos em sua casa, e legítimo descendente que é nosso rei, que Deus guarde (*Idem*, fl, 87).

Para o autor, tomar frente no conflito é um compromisso civil que todo lusitano deve fazer, uma vez que seu próprio rei está nas fronteiras pelejando contra as forças da Monarquia Católica que objetivava retomar o poder e a autoridade sobre Portugal. O frei conclui ser grande vergonha para o vassalo que “podendo menear as armas”, permanece em sua casa. Timótheo Pimentel sobe o tom em sua *Exhortação Militar...* ao expor como obrigação e compromisso com a comunidade política ir à guerra, e não uma mera questão de



escolha de âmbito privado. A ordem é bastante clara. Usando o termo latino *non timebo*, Pimentel afirma que ao lado de todos os soldados portugueses haverá rei lutando com eles.

Que é um gênero de violência primorosa e força de amor suave ao que obriga o cidadão a tomar as armas, o ver a seu Rei por defendê-lo, em habito de soldado em a fronteira. Que vergonha fora grande para o vassalo, que podendo menear as armas, e seguir seu príncipe natural, se ficará nesta ocasião em sua casa (*Idem*, fl, 8).

Pimentel infla os ânimos de todos que estavam se dirigindo ao confronto, escrevendo para que os portugueses entrem em Estremadura “como raios”, “temidos como leões entre ovelhas sem pastor”.

Contra Castela vos aprestais hoje, oh valentes lusitanos, provocados do inimigo castelhano, saís ao mar, e à campanha em defesa de vossa liberdade e pátria em que haveis nascido fortes, acostumados sempre a vencer, eis de medir espadas, e as forças com castelhanos e ingleses. [...] Que entrareis vitoriosos por estremadura como raios, temidos como leões entre ovelhas sem pastor. A bandeiras estendidas marchareis por suas terras senhores de toda campanha, suas vilas e lugares, sem que acheis sequer um cão ou perro castelhano que vos saia ao encontro, ou vos venha ladrando em a retaguarda (*Idem*, fl, 23v–24).

Pimentel utiliza, em certo momento, a argumentação presente em grande parte dos panfletos anônimos sobre a Guerra de Restauração. O frei torna evidente a já conhecida contraposição do “bravo lusitano” em oposição ao “castelhano covarde”, do mesmo modo que afirma que a diferença numérica não será um fator condicionante para uma possível vitória castelhana, já que para cada português que cai em batalha, são necessários muitos castelhanos.

Pelejai logo por defender-vos e entrai, entrai já valerosos lusitanos por Castela, segui os passos e correntes de vossos maiores que a vista desta vossa resolução já vejo calar e tremer toda Estremadura, como assombrada de vosso valor [...] feridos de medo mais que de ferro, se cairão rendidos e mortos a vossos olhos; que a cinco dos nossos fugirão cento dos seus, e a cem dos vossos, dez mil castelhanos [...]. Que presto verá Castela como é possível e poderoso, que baste um dos nossos para mil e dois para dez mil dos seus. [...] Poucos sois, mas fortíssimos lusitanos e tão curtos de razões em praças, como bravos em a campanha (*Idem*, fl, 49v.-50).

A questão numérica exposta por Timótheo Pimentel é exemplificada em variadas metáforas. Em certo momento, o autor compara os soldados lusitanos e castelhanos com moedas. Enquanto aqueles que lutam por Portugal são comparados a moedas de ouro; os soldados castelhanos a moedas de prata. Seu argumento busca afirmar que são necessários muitos castelhanos para valer como um português em batalha. Pimentel transforma a desigualdade numérica em argumento de incentivo aos lusitanos em batalha.



Como as moedas de ouro são os soldados portugueses; cujo valor intrínseco de uma só prepondera mais que muitas de prata e cobre e outros metais. Que não sem muita providência, e estimação do seu valor mandaram os nossos reis passados lavrar as moedas de ouro, e as de mais subido preço e quilates puseram por nomes portugueses, por mostrar a distinção que o valor destas fazia a todas as mais nações (*Idem*, fl, 34).

Outro aspecto bastante forte no discurso de Timótheo Pimentel foi a valorização da unidade entre os lusitanos, segundo o religioso, “a união e a concórdia” é “fonte manancial das vitórias”. Salienta-se nesse trecho o entendimento do frei sobre a urgência de uma associação entre portugueses para o enfrentamento de um inimigo comum e maior, o governo castelhano. Conforme o religioso, a divisão e a discórdia, no entanto, seriam a causa comum da ruína dos portugueses.

Porém o que melhor juizaram na matéria, ao amor e união com que todos pelejaram, confinaram a vitória de Abraham. Ah, meus portugueses, deixai, deixai que me alargue um pouco mais em este ponto tão essencial em vossas armas. Que se assim como Deus os fez valentes, houver concórdia e união entre vosotros quem haverá que possa ofender-vos, ou quem se defenderá de vossas mãos? [...] Que a união e a concórdia entre soldados é a mãe e a fonte manancial das vitórias; como a divisão e discórdia, causa comum de vossas ruínas (*Idem*, fl, 51v).

É importante compreender que Timótheo Pimentel não escreve necessariamente sobre aristocracia, sobre o próprio clero, ou ainda sobre a gente comum de Portugal, o que se coloca acima de clamores relativos às ordens sociais é a noção de lusitanidade, ou seja, os valores identitários dos portugueses. Sua estratégia para atrair o máximo de partidários a lutar pela causa da Restauração é fazê-los esquecer de suas diferenças políticas e sociais, recordando assim, dos aspectos comuns entre as populações lusitanas a quem se dirige: a pátria, o bem comum e Cristo.

Cabe ressaltar que Timótheo Pimentel desenvolve uma oposição entre dois modelos: o de bom português, que dá a vida pela comunidade política a qual pertence, ao lado de seu rei, que peleja contra o invasor castelhano; e o de infiel ao compromisso civil e à pátria, no caso, trata-se daquele que preferiu virar as costas para os seus iguais em necessidade e permanecer na segurança de seu lar. Conforme o religioso, isso seria uma grande vergonha para todo aquele preocupado com a conservação da comunidade política de Portugal. Pimentel cita Santo Ambrósio para afirmar que aqueles que não lutam pela Restauração de Portugal são “injustos”, deixando à pátria ao “arbítrio de seus inimigos”.

E assim como são justos todos aqueles que pelejam pela defesa da pátria, assim diz santo Ambrósio, são injustos todos que a desamparam e a deixam ao arbítrio de



seus inimigos. Quer dizer que o Varão bem entendido nunca faltará a sua pátria, porque se acaso o houver mister, sempre o ache para defendê-la. Que o desampará-la em ocasião, há sido impiedade de alguns homens dementados e sem juízo, que por discursar agudos, se precipitam acelerados. [...] Porque assim como tivemos por infiel, e desumano ao filho que vendo perigar a mãe, a não socorrerá, e lhe faltará; assim mesmo fora declaradamente ímpio, e injusto, o que vendo a pátria em manifesto perigo, a deixará, sendo que esta também é a mãe, que nos deu o ser da criação e do sustento (*Idem*, fl. 82.v – 83).

Timótheo Pimentel compara a pátria, Portugal, aos pais dos lusitanos. Pelo fato dela ter gerado os portugueses, eles devem lutar para protegê-la a todo custo. Para o autor de *Exhortação Militar ou Lança de Aquiles...* os progenitores dos portugueses são, assim como a pátria, uma “imagem expressa de Deus”. O argumento direcionado à figura divina tem o intuito de reforçar o impacto sobre as populações de Portugal.

Logo se a pátria é nossa mãe e nosso pai, com maiores privilégios que os que nos geraram, primeiro devemos pugnar por ela, porque primeiro lhe devemos amor, respeito e reverência (...) tratando das obrigações que tem o filho ao pai, disse, que à pátria, como aos pais devíamos obrigação, como a divinos. Porque são nossos pais imagens expressas de Deus, mais próprias e naturais que nenhuma arte ou pincel, nos pode exprimir ou retratar (*Idem*, fl, 90v).

Por fim, o “bom cidadão” para Timóteo Pimentel em sua obra é aquele português fiel à causa da Restauração e que conseguiu superar todo tipo de adversidade para lutar nos campos de batalha contra os castelhanos, ávidos pelo sangue lusitano, como apresenta o próprio autor.

Logo só aquele será dignamente contado por bom cidadão, e só aquele se entenderá que sente bem do reino, e república, que com sua fazenda e pessoa sustenta a causa da pátria, servindo a uns de espora, e outros de exemplo, sem mais prêmio nem presentação, que a glória de defender tão justa causa (*Idem*, p. 100).

A escrita de Timótheo Pimentel é bastante importante para o auxílio da reflexão dos historiadores em variados sentidos: o primeiro ponto a ser salientado é a clara existência da intervenção política de variados setores da Igreja Católica. Essa tomada de partido do frei buscava mudar as opiniões políticas dos mais variados lusitanos sobre questões concretas da vida portuguesa no período da Guerra de Restauração, em especial, estimulando aqueles indecisos e pouco convencidos da efetividade do movimento a pegarem em armas contra o inimigo. O segundo elemento que salta aos olhos é a compreensão de Pimentel, em pleno século XVII, sobre o funcionamento de uma agência política de toda a comunidade baseada em uma intensa troca de ideias entre os portugueses. Afinal, de certo modo, ele esperou que sua *Exhortação Militar...* fosse lida pelos agentes urbanos lusitanos, ou que suas ideias



chegassem a eles de alguma forma ainda que não fosse diretamente pela leitura. Por último, a obra de Pimentel deixa evidente certa possibilidade de interação entre lusitanos de camadas sociais distintas, contribuindo para mitigação da ideia de uma sociedade portuguesa seiscentista extremamente fraturada e isolada em seus segmentos e radicalmente corporativa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso aqui analisado não foi exceção no processo de Restauração e nos anos de conflito subsequentes. Figuras do “Estado do Eclesiástico” e de fora dele buscavam espalhar suas ideias por Portugal, intensificando o debate político sobre acontecimentos da ordem do dia. O incentivo às discussões sobre a Restauração era originado de variados materiais de leitura.

Dessa forma, não sobram dúvidas que muitos agentes políticos partidários da Restauração pertenciam ao clero, ou ainda que a condição portuguesa no mundo fosse fonte de preocupação dessas figuras. Contudo, se o projeto político da Restauração contou amplamente com o apoio de homens da Igreja, houve também agentes de grande importância clerical que se opuseram à Restauração, como já mostraram historiadores portugueses e brasileiros¹⁶. Em 1641, o arcebispo de Braga foi acusado de liderar uma conspiração para matar d. João IV, unindo-se a alguns nobres de primeira grandeza.

No período da Restauração, surge um escrito anônimo com o pseudônimo de Miguel de Vasconcelos, secretário de Estado defenestrado em Primeiro de Dezembro, a obra foi intitulada *Carta do inferno*. Essa “carta” delatava os conspiradores de 1641, entre os quais, estava o arcebispo de Braga como um dos líderes. A obra anônima expõe Miguel de Vasconcelos como um amigo do arcebispo, buscando mostrar que ambos faziam parte de um mesmo setor de oposição à Restauração.

Muito sentido fiquei aquele dia depois da fatal queda que me deram aqueles senhores, não sei se com mais amor do que havia em casa, que da liberdade que conseguiram, do susto que padeces o senhor arcebispo de Braga, pois chegou a perder a confiança (ANÔNIMO, s/d, fl, 37v).

¹⁶ Cf. CAMENIETZKI, Carlos Ziller. **O Paraíso Proibido**. A censura ao Paraíso Brasileiro, a igreja portuguesa, e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014. p. 134. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580 - 1668)**. Lisboa: Colibri, 2004. p. 37 – 38.



Assim, se os argumentos de caráter religioso foram centrais para figuras como Timótheo Pimentel conseguirem lançar suas ideias nas discussões políticas existentes na sociedade portuguesa no período da Restauração, o próprio clero lusitano estava em disputa. A Guerra de Restauração não se restringiu ao campo de batalha, ocorreu também intensos debates de ideias, dentro e fora das paredes clericais. O trabalho aqui proposto buscou mostrar que a esfera religiosa das sociedades ibéricas, em especial de Portugal, não era monolítica e que também não defendia as mesmas ideias “em bloco”. Muito pelo contrário, os agentes da fé eram também agentes políticos que ocasionalmente concordavam muito pouco sobre as mais diversas matérias.

Como afirmou Carlos Ziller Camenietzki (2014, p, 141) em seu livro *Paraíso Proibido: a censura ao paraíso brasileiro, a Igreja Portuguesa e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma* as ordens religiosas de todo tipo ficaram bastante divididas e apreensivas no período em que a Restauração ocorreu. Beneditinos, Jerônimos, Dominicanos e Franciscanos tiveram participação tímida, contudo, vários religiosos que pertenciam às ordens intervieram politicamente de forma mais clara. Fernando Bouza-Alvarez também contribui para essa análise ao expor que variados religiosos mantiveram a fidelidade à Monarquia Católica em seu *Portugal no tempo dos Filipes* (2000, p, 207.) A decisão política do Vaticano, da mesma maneira, é partidária de Filipe IV, ocasionando um problema interno para Portugal Restaurado: a nomeação dos bispos lusitanos dependia de Roma. (CAMENIETZKI, 2014, p, 178).

As disputas políticas entre os partidários da Restauração e os adeptos da manutenção do poder da Monarquia Católica sobre o reino português tiveram como palco, entre outros espaços, o interior das igrejas lusitanas. A publicística foi muito intensa de ambos os lados, especialmente quando se tratou dos feitos de cada parte em conflito na Guerra de Restauração. Timótheo Pimentel é o exemplo dessas constatações ao publicar a sua *Exhotação*, ele expõe seu posicionamento e usa um grande arsenal de argumentos, muitos deles religiosos, para convencer aos portugueses a pegarem as armas e se direcionarem aos campos de batalha. Por sua vez, Pimentel como um frei, pertenceu a um setor social que estava profundamente dividido, mesmo com a clareza de suas ideias e posicionamentos.

Assim, o estudo de figuras como Timótheo Pimentel no período da Restauração nos mostra como a Igreja Católica possuía disputas internas sobre os mais diversos projetos políticos. Pode-se observar também a valorização da condição portuguesa, debatida por



diversos religiosos mesmo antes de 1640. Se a Igreja Católica em um dado momento foi compreendida como um elemento de propagação de unidade cristã na Europa e no restante do mundo, é importante de se analisar as fraturas políticas, por vezes profundas, dos próprios agentes da fé.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Manuscrita:

B.N.P. Carta do inferno escrito por Miguel de Vasconcelos. *In: Conjunto de 96 documentos produzidos por instituições e individualidades portuguesas, ou sobre Portugal, com datas compreendidas entre 1574 e 1707.* Cod. 10768. fl. 37 – 37v.

Bibliografia Impressa dos séculos XVII e XVIII:

Anônimo. **Relação de tudo o que se passou na Felice aclamação do mui alto e mui poderoso Rei D. João o IV nosso senhor.** Lisboa: Lourenço Anveres, 1641.

Assento da vereação de 24 de julho de 1642. *In: OLIVEIRA, Eduardo Freire de. Elementos para a História do Município de Lisboa.* Lisboa: Topografia Universal, 1888. Tomo IV.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca Lusitana histórica, crítica e cronológica na qual se compreende a notícia dos autores portugueses, e das obras que compareceram desde o tempo da promulgação da lei da graça até o presente.** Lisboa: Ignácio Rodrigues, 1747.

BRANDÃO, Antônio. **Monarchia Lvsitana.** Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1632.

Decreto de 15 de julho de 1643. *In: OLIVEIRA, Eduardo Freire de. Elementos para a História do Município de Lisboa.* Lisboa: Topografia Universal, 1888. Tomo IV.

FARIA, Manuel Severim de. **Discursos Vários Políticos.** Évora: Manuel Carvalho, 1624.

GOUVEIA, Francisco Velasco de. **Justa aclamação do sereníssimo Rei de Portugal D. João o IV. Tratado analítico dividido em três partes.** Lisboa: Fenix, 1846.

MENEZES, Luís de. **História de Portugal Restaurado.** Lisboa: Domingos Rodrigues, 1751.

MENDONÇA, Lourenço de. **Suplicación a su Magestad Católica del Rey nuestro señõr que Dios guarde. Ante sus Reales consejos de Portugal y de las Indias, en defensa de los Portugueses.** Medrid, 1630.

PARADA, Antônio Carvalho de. Justificação dos portugueses sobre a ação de Libertarem seu Reino da obediência de Castela. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1643. *In: CRUZ, Antônio. Papéis da Restauração.* Porto: Universidade do Porto, 1967.



PIMENTEL, Timótheo. **Exhortação militar ou lança de Aquiles aos soldados portugueses pela defesa de seu Rei, reino e pátria em o presente apresto de guerra**. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana, 1650.

RIBEIRO, João Pinto. Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal. In: **Obras Várias**. Coimbra: José Antunes da Silva, 1730.

Bibliografia Contemporânea:

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. Clarins de Iericho. Oratoria sagrada y La publicística en la Restauração portuguesa. In: **Cuadernos de historia moderna y contemporânea**, VII – 1986.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. **Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações. (1580 – 1668)**. Lisboa: Cosmos edições, 2000.

CALAFATE, Pedro. **Da origem popular do poder ao direito de resistência. Doutrinas políticas no século XVII em Portugal**. Lisboa: Esfera do Caos, 2012.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. História e passado na América Portuguesa: escritores, religiosos, repúblicos do Brasil no século XVII e sua fortuna histórica. In: CAROLINO, Luís Miguel; GESTEIRA, Heloísa Meireles et MARINHO, Pedro. **Formas do Império: Ciência, tecnologia e política no Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. **O Astrônomo e a Restauração. Manuel Gomes Galhano Lourosa e sua intervenção na política de Portugal Restaurado**. In: Proceedings of International Conference History of Astronomy in Portugal. Institutions, theories, practices. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Astronomia, 2009. v. 1.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. **O Paraíso Proibido. A censura ao Paraíso Brasileiro, a igreja portuguesa, e a Restauração de Portugal entre Salvador, Lisboa e Roma**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller; SARAIVA, Daniel Magalhães Porto et SILVA, Pedro Paulo de Figueiredo. **O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII**. Topoi, v. 13, n. 24, jan.-jun. 2012.

CARDIM, Pedro. **Portugal y la Monarquia Hispanica**. Madrid: Marcial Pons História, 2017.

CARDIM, Pedro; IÑURRITEGUI, José Maria et MARCOS, David Martins. (org). **Repensar a identidade nas margens da crise de consciência europeia**. LISBOA: CHAM, 2015.

CIDADE, Hernani. **A literatura autonomista sob os Felipes**. Lisboa: Sá da Costa, 1950.

COSTA, Rodrigo Franco da. **Ubi bene, ibi patria: uma análise da cultura política da Restauração de Portugal através das penas de João Pinto Ribeiro e de outros repúblicos (1632 – 1646)** Tese – UFRJ/IH/Programa de Pós-graduação em História social, Rio de Janeiro, 2019.



CURTO, Diogo Ramada. **Cultura política no tempo dos Filipes**. Lisboa: Edições 70, 2011.

ELLIOTT, John. **La España Imperial**. Madrid: Vicens-Vives, 1965.

GÓMEZ, António Castillo. **Escrituras y escribientes: Prácticas de la cultura escrita en una ciudad del Renacimiento**. Madrid: Fundación de Enseñanza superior a distancia de las Palmas de gran canaria, 1997.

HENRIQUES, Mendo Castro; MACEDO, Jorge Braga de; MALTEZ, José Adelino. **Bem Comum dos Portugueses**. Lisboa: Vega, 1999.

MARQUES, João Francisco. **A parenética portuguesa e a Restauração 1640 – 1668**. Porto: Universidade do Porto, 1989.

MARQUILHAS, Rita. **Faculdade das letras – leitura e escrita em Portugal no século XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000.

OLIVEIRA, Antônio de. **Levantamentos populares do Algarve em 1637-1638**. A repressão. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984.

OLIVEIRA, Antônio de. **Poder e oposição política em Portugal no período filipino**. Lisboa: Difel, 1990.

PEACEY, Jason. **Print and public politics in English Revolution**. New York: Cambridge University press, 2013.

ROSPOCHER, Massimo. Beyond the Public Sphere: A Historiographical Transition. *In*: ROSPOCHER, Massimo. **Beyond the Public Sphere: Opinions, Publics, Spaces in Early Modern Europe**. Bologna: Il mulino; Berlin: Duncker & Humblot, 2012.

SARAIVA, Daniel Magalhães Porto. **L’arche de l’opinion: politique et jugement public au Portugal aux Temps Modernes (1580-1668)**. Tese - Université Paris-Sorbonne, Paris, 2017.

SARAIVA, Daniel Magalhães Porto. **O labirinto das fidelidades: o papel do teatro na campanha pública da guerra da Restauração**. *In*: CAMÕES, José & SOUSA, José Pedro. **Teatro de autores portugueses do século XVII: Lugares (in)comuns de um teatro Restaurado**. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro, 2016.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580 - 1668)**. Lisboa: Colibri, 2004.

TORGAL, Luis Reis. **Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981. Vols. 1 e 2.

VALLADARES, Rafael. **A conquista de Lisboa: violência militar e comunidade política em Portugal, 1578-1583**. Lisboa: Texto Editores, 2010.



VIVO, Filippo de. **Information and Communication in Venice Rethinking Early Modern Politics**. Oxford university press, 2007.

VIVO, Filippo de. **Patrizi, informatori, barbieri**. Politica e comunicazione a Venezia nella prima età moderna. Milan: Feltrinelli, 2012.